

A diversidade linguística como condição da diversidade do conhecimento científico

Sabine Gorovitz

Doutora em Sociolinguística pela Université Paris-Sorbone
Professora Associada da UnB.
E-mail: sabinegz@gmail.com

Paula Clarice Santos Grazziotin de Jesus

Doutora em Linguística pela UFSC
Professora no IFSC
E-mail: paula.jesus@ifsc.edu.br

Angela Erazo Munoz

Doutora em Ciências da Linguagem pela Université Grenoble-Alpes
Professora Adjunta da UFPB.
E-mail: angela.erazom@gmail.com

Recebido: 17 fev. 2020

Aprovado: 10 abr. 2020

Resumo: Neste artigo, problematizamos a tendência ao monolinguismo do inglês no campo da ciência como fenômeno que compromete a cientificidade e o acesso ao conhecimento. Além disso, busca-se destacar as relações assimétricas entre línguas e a necessidade de fortalecer o elemento local, a vitalidade da pesquisa sendo tributária da sua capacidade de circulação global, sem invisibilizações que minorizam a participação de línguas e seus falantes no campo da ciência.

Palavras-chave: Políticas Linguísticas. Educação Superior. Internacionalização. Multilinguismo.

Abstract: In this article, we discuss the tendency in the field of science of English monolingualism as phenomenon that compromises scientificity and access to knowledge. Furthermore, the aim is to highlight the asymmetrical relationships between languages and the need to strengthen the local element, since the vitality of the research is directly dependent on the ability to its global circulation, without minimizing the participation of languages and their speakers in the field of science and higher education.

Keywords: Linguistics Policies. Higher Education. Internationalization. Multilingualism.

Resumen: En este artículo problematizamos la tendencia hacia el monolingüismo del inglés en el campo de la ciencia como fenómeno que compromete la cientificidad y el acceso al conocimiento. Además, buscamos resaltar las relaciones asimétricas entre lenguas y la necesidad de fortalecer el elemento local, siendo dependiente la vitalidad de la investigación de su capacidad de circulación global, sin invisibilizaciones que disminuyan la participación de las lenguas y sus hablantes en el campo de la ciencia.

Palabras clave: Políticas Lingüísticas. Educación Superior. Internacionalización. Multilingüismo.

Introdução

As universidades brasileiras, como a maioria das instituições de ensino superior no mundo, têm buscado se internacionalizar por razões óbvias, embora contraditórias, submetendo-se a um processo implacável de reafirmação e ampliação das desigualdades entre instituições. Esse movimento irreversível, desejável e ameaçador, leva as instituições a reagir, muitas vezes a contragosto, buscando ocupar um espaço no cenário nacional, regional e internacional, cada dia mais competitivo, pois os processos globais as projetam em um panorama onde a cultura, a ciência e as tecnologias exigem um alto grau de globalização.

Como parte deste processo, se impõem sistemas de avaliação acadêmica altamente hierarquizados e elitizados (rankings internacionais baseados no fator de impacto), que deixam pouco espaço à difusão de um conhecimento científico produzido localmente e voltado para necessidades locais e regionais e que medem a qualidade de um artigo científico pelo número de citações obtidas em revistas qualificadas. As avaliações pelos órgãos de fomento nacionais e pelos rankings internacionais também acirram a competitividade e as assimetrias tanto entre áreas de uma mesma instituição, entre instituições de um mesmo país e do mundo. A ciência contribui assim para reforçar a desigualdade e a dependência dos países periféricos cada dia mais tributários do conhecimento produzido pelas nações centrais (já que nem todos têm condições de produção e de difusão equivalentes), e para reafirmar a hegemonia que exercem. Nesse contexto, as universidades brasileiras, ainda que se esforcem teoricamente para construir um caminho de internacionalização capaz de ecoar com suas preocupações locais e com suas especificidades, têm sido assoladas por um movimento homogeneizante, em que as regras do jogo são ditadas pelos países centrais, num processo perverso pois beneficiam sistematicamente aqueles que já estão ganhando. Como sugere Tilly, “o conhecimento confere vantagens políticas, financeiras e existenciais aos que o detêm” (2006, p. 57).

Assim, se por um lado as universidades reagem aleatoriamente aos estímulos das dinâmicas acadêmicas internacionais e das políticas governamentais, buscam simultaneamente, e na medida do possível, se configurar de acordo com a forma como os estados se posicionam, ora como agentes do diálogo para a promoção de políticas educacionais regionais e estratégias de internacionalização das instituições, ora como

limitadores dessa dinâmica, conforme novas relações entre o local e o global se constroem. O desafio é manter o foco nas problemáticas e necessidades locais, beneficiando-se de competências internacionais para a resolução desses problemas. Para tanto, o movimento de internacionalização deveria orientar-se conforme o perfil das instituições e as necessidades das comunidades onde estão inseridas. Isso pressupõe escolher, dentre as diversas formas de cooperação, aquelas que tenham potencial para melhorar a qualidade do ensino e da pesquisa localmente produzida de modo a fomentar o crescimento perene e sustentável da região. Se um diálogo constante se impõe com o contexto global, as parcerias deveriam construir-se assentadas em valores compartilhados, de solidariedade ativa e de governança universitária de modo a alcançar um equilíbrio entre a preocupação com as necessidades sociais, em constante reformulação, e os agentes de desenvolvimento locais. Idealmente, deveriam estruturar redes territoriais de cooperação para alcançar a construção de espaços acadêmicos regionais voltados para a identificação dos entraves sociais de cada território, para o acesso e para a inclusão, com clareza quanto aos benefícios e os riscos do processo.

Assim, o desafio é definir que parcerias estimular e alimentar de acordo com o perfil da instituição? Para que fins e como? Quais conhecimentos privilegiar? Como definir objetivos de desenvolvimento sustentável? Como criar disponibilidades? Que ferramentas dão vazão a uma relação binacional de fato, simétrica e equilibrada, materializada não somente em termos e acordos formais, mas em ações conjuntas e de reciprocidade, capazes de afetar a formação, em suas práticas e seus currículos, e alcançar conjuntamente soluções aos problemas compartilhados por nossas comunidades? O desafio é chegar à medida certa entre excelência acadêmica, projeção internacional e inclusão, tendo como principal orientação o impacto e a melhoria sociais.

Ciência e democracia

A diversidade é condição de existência da ciência. Não se faz ciência sem diferença. Por essa mesma razão, a promoção do acesso amplo à ciência é uma ação que fortalece a democracia em um Estado. O acesso ao método científico, ao pensamento crítico, à capacidade de debater com pares e de confrontar olhares diferentes na busca do conhecimento de modo objetivo e construtivo (características da Ciência) deve ser prioridade. Conforme Marconi e Lakatos (2018, p. 11), as ciências têm função de

“aperfeiçoamento, por meio do crescente acervo de conhecimentos, da relação do homem com seu mundo”. Isso significa que a produção científica não pode ser reduzida a um fazer da ordem econômica, já que ela tem uma dimensão ética, desde sua produção até a publicação e circulação. Partindo de tal premissa, vale destacar a relação direta entre a pesquisa científica e o avanço da humanidade, relação essa frequentemente perdida de vista no contexto do produtivismo acadêmico. Por que se faz pesquisa? Para que se publica? Para superar os problemas de nossas comunidades e países, no sentido local, e para melhorar a vida de todas as pessoas, no sentido global. Assim, o que fazemos nas universidades e instituições de pesquisa vai além do campo da educação e da ciência, é um fazer ético que promove um certo conjunto de valores. Porém, conforme discutido por Jesus (2018), há mais implicado nesse processo do que o que idealmente se espera do fazer científico. A circulação do conhecimento é guiada por uma métrica da relevância, que leva os cientistas a traçarem estratégias para pesquisar e publicar de modo que sua produção e suas instituições alcancem pontuações altas nos rankings, ganhando legitimidade e visibilidade no mercado linguístico da ciência (que posteriormente se convertem em recursos financeiros para pesquisas futuras).

A problemática, porém, é que esse ranqueamento se articula intimamente com o poder econômico que financia pesquisas e universidades, muitas vezes provocando uma desvinculação entre a produção e a circulação de conhecimentos científicos e a ideia original de que fazer ciência é conhecer o mundo e promover a melhor relação da humanidade com o ambiente. O resultado é que esse ranqueamento da ciência espelha as relações de hegemonia que existem em outras esferas (política, econômica, cultural). Os dois rankings internacionais mais antigos e influentes — QS e Times Higher Education (THE) — evidenciam essa relação: entre as universidades que ocupam as 10 primeiras colocações em 2019, quase todas são anglófonas, do Reino Unido ou dos Estados Unidos. Por essa razão, as políticas linguísticas para ciência e educação superior (PPLICES) são um dos recursos mais importantes na garantia do acesso e promoção do conhecimento científico de um país.

Que o mundo globalizado tenha referências para comparar instituições de educação superior é questionável, mas podemos compreender que haja uma assunção de critérios e que ela privilegie os países que exercem hegemonia no mundo. Mas que os países mais distantes do centro da hegemonia — caso do Brasil — se submetam a essa pressão, replicando os critérios nas políticas internas, é uma postura de contribuir para a continuidade do problema. (JESUS, 2018, p. 75)

Assim, é essencial que se busque uma ciência mais diversa, inclusive do ponto de vista linguístico, sob pena de recair em um fazer acadêmico mecanizado e subalterno às pressões do mercado. Comte-Sponville (2005) ensina que existem ordens para as diferentes questões humanas: ordem tecnocientífica, ordem político-jurídica, ordem da moral, ordem ética. Essas ordens têm função de limitar umas às outras. Mas, segundo o autor, é comum fazermos confusão, querendo aplicar aos assuntos de uma ordem os conceitos próprios de outra. Por exemplo, não se pode esperar da biologia uma resposta sobre os limites éticos e morais da clonagem de seres vivos: esta é uma questão de outra ordem. “A biologia nos diz *como* fazer, mas não se *devemos* fazer” (COMTE-SPONVILLE, p. 50). E, como os rankings de educação superior internacionais confirmam, a ordem tecnocientífica é limitada pela ordem político-jurídica. Assim, “[...] os governos recorrem ao sistema de ranqueamento com a finalidade de selecionar universidades e programas para destinar linhas de financiamentos e incentivo a pesquisas” (MOURA; MOURA, 2018, p. 214). Por essa razão é que, seguindo o ensinamento de Comte-Sponville (2005), devem ser respeitados limites de ordem moral e ética para as políticas e para as normas. No campo das línguas, isso significa dizer que as instituições devem zelar pela presença das línguas na ciência, promovendo a visibilidade do conhecimento não só nas línguas hegemônicas, mas também em suas línguas nacionais.

A própria dominância do português e do espanhol na ciência latino-americana, por exemplo, é uma mostra de como as línguas europeias exerceram opressão sobre as línguas locais. Porto-Gonçalves (2005, p. 3) afirma que “[...] há um legado epistemológico do eurocentrismo que nos impede de compreender o mundo a partir do próprio mundo em que vivemos e das epistemes que lhes são próprias”. Isso prejudica o processo de conhecer, já que a ciência por definição só pode existir se inserida em um sistema, convivendo com a diversidade de pensamento, de visão de mundo, epistemológica e, nossa ênfase neste artigo, linguística. Isso porque as línguas não existem fora de seus falantes e suas culturas. Contra a unicidade de uma língua dominante, que estreita a visão dos cientistas sobre seu objeto de estudo, será preciso um grupo forte de línguas outras, processo a ser encarado como uma reversão de uma violência que hoje se exerce sobre as culturas e foi historicamente construída. Será preciso reconhecer a diversidade como uma ecologia, como aponta Sousa Santos:

A emergência do ordenamento da apropriação/violência só poderá ser enfrentada se situarmos nossa perspectiva epistemológica na experiência social do outro lado da linha, isto é, do Sul global não-imperial, concebido como metáfora do sofrimento humano sistêmico e injusto provocado pelo capitalismo e pelo colonialismo [...]. O pensamento pós-abissal pode ser sumariado como um aprender com o Sul usando uma epistemologia do Sul. Confronta a monocultura da ciência moderna com uma ecologia de saberes. É uma ecologia, porque se baseia no reconhecimento da pluralidade de conhecimentos heterogêneos (sendo um deles a ciência moderna) e em interações sustentáveis e dinâmicas entre eles sem comprometer a sua autonomia. A ecologia de saberes baseia-se na ideia de que o conhecimento é interconhecimento (SOUSA SANTOS, 2009, p. 44-45).

Por isso, a menos que haja esforços coletivos (como as PPLICES) para fortalecer as línguas minorizadas e seus saberes, enquanto a ciência se curvar às hegemonias, os sujeitos sempre optarão por aderir à língua do centro em vez de lutar pela valorização da totalidade de seu repertório. É preciso reconhecer que cada língua é um repositório de saberes e guarda em si uma visão única sobre o mundo e o verdadeiro conhecimento, como observa o autor, é o que provém do contato entre os diferentes saberes. Uma conclusão que pode ser inconveniente para a hegemonia, pois deslegitima a hierarquia vigente espelhada nos rankings internacionais de universidades e nas métricas de relevância de publicações.

Internacionalização e diversidade linguística nas universidades

A cooperação acadêmica internacional se traduz pela necessidade de superar problemas de maneira concertada e global, com o compartilhamento de informações e a circulação de conteúdos científicos para além das fronteiras nacionais onde são produzidos, um diálogo que pressupõe o estabelecimento de uma língua franca que, por razões econômicas indiscutíveis, é hoje o inglês. Esse monopólio linguístico remete a princípios de meritocracia e de excelência que acarretam formas perversas de concorrência, até mesmo entre instituições públicas de um mesmo país, como é o caso do Brasil. Nesse contexto, em que as universidades brasileiras se valem de estratégias de internacionalização importadas tais quais dos países centrais, a tendência é submeter-se ao avassalador *English only*, percebido por grande parte da comunidade científica como um processo neutro e impessoal, além de inevitável e desejável.

Essa hegemonia linguística na produção, divulgação e recepção do conhecimento exerce também uma pressão crescente para que o inglês se institua como segunda língua de trabalho em grande parte das instituições brasileiras. A ironia é que o português, falado

por cerca de 230 milhões de sujeitos no mundo, e o espanhol, por mais de 500 mil, juntos dão a segunda comunidade linguística do mundo, depois do mandarim. Isso sugere que a expansão do inglês ocorre em detrimento das línguas locais, ainda que sejam consideradas centrais, ameaçando o fortalecimento da produção de conhecimento em países que não conseguem implementá-la como segunda língua em suas instituições. O que dizer então das línguas vernáculas que sofrem um processo de minorização ainda mais drástico, afastando irremediavelmente comunidades e indivíduos da cena científica mundial. É nesse contexto que se impõe uma reflexão sobre a necessidade de defesa da diversidade linguística e seu papel na produção do conhecimento.

O Brasil, como todos os que buscam adentrar a cena da ciência mundial, enfrenta o dilema estrutural entre aceitar e reforçar a hegemonia do inglês ou buscar espaços de resistência, aliando-se a outras comunidades ditas periféricas, notadamente por meio da promoção da diversidade linguística e da difusão dos conhecimentos produzidos localmente em línguas vernáculas. Mas em que medida um modelo multilíngue e regionalmente diferenciado de reconhecimento da diversidade linguística e cultural é viável em meio a um contexto marcado pelo neoliberalismo e pela consequente subserviência aos países econômica e cientificamente hegemônicos? E como defender, frente a uma comunidade científica convicta da praticidade de uma língua franca (especialmente quando se dialoga com as ditas ciências exatas), a centralidade do pluralismo linguístico na construção do conhecimento? Esse ensejo de defesa da pluralidade linguística assenta-se na premissa de que os falantes constroem, descrevem e analisam o mundo de acordo com categorias linguísticas que sugerem uma certa forma de delimitação e interpretação das coisas que não necessariamente coincidem entre comunidades linguísticas distintas. Ou seja, o mundo falado em português é diferente daquele representado pelo inglês. O argumento é que a existência de discursos analíticos em línguas diversas dá melhor conta do mundo em sua complexidade. Assim percebidas, as diferentes comunidades acadêmicas/linguísticas, ao somar-se na análise e interpretação dos dados da natureza, ampliam as possibilidades de entendimento do mundo e a superação dos problemas por elas enfrentados, apresentando acerca dos objetos perspectivas distintas, cada qual o iluminando com um viés agregador. Um pesquisador insere-se assim numa comunidade de cientistas, adaptando sua atividade a um conjunto normativo e aos padrões de interpretação que predominam na instituição, de modo que a informação produzida tenha um caráter científico reconhecido pelos pares.

Além disso, as instituições, ainda que teoricamente motivadas pela necessidade de estabelecer uma política linguística baseada em modelos plurilíngues diferenciados, específicos para cada contexto, têm sucumbido ao inevitável movimento do *English Only*, enfrentando o desafio de introduzir essa língua em suas práticas, o que depende de ações contínuas motivadas e fortalecidas por políticas institucionais de longo prazo: falar e redigir em inglês (*English as a Mean of Instruction - EMI*); promover a difusão e a comunicação em inglês (website, central de atendimento, boletins informativos, vídeos institucionais e tutoriais, etc.); criar um cardápio de disciplinas oferecidas em inglês a partir de uma abordagem CLIL (*Content and Language Integrated Learning*), com professores visitantes e de casa que o falam; criar revistas bilíngues; aceitar teses, dissertações, trabalhos e artigos em inglês; estimular a organização de eventos internacionais em inglês; fortalecer a competência em inglês de toda a comunidade acadêmica, inclusive dos técnicos; sem falar da gigantesca tarefa de tradução para o inglês de acordos, históricos, ementas, diplomas, declarações, sites, páginas de pós-graduação, boletins informativos, etc. Além disso, a tão almejada “internacionalização em casa”, que se consolida pela presença nas universidades de alunos e docentes/pesquisadores internacionais, promovendo teoricamente, por meio da convivência *in loco* com a diferença e a variação linguística e cultural, a abertura das mentalidades, tem sido considerada, a exemplo dos países hegemônicos, a forma mais estrutural de internacionalização. Mais do que isso, trata-se de integrar a dimensão internacional às atividades acadêmicas como um todo e promover a troca de experiências na gestão universitária, nas áreas administrativas, na pesquisa, na extensão e no ensino. Essa tendência tem sido diretamente importada de países onde a mobilidade de dentro para fora já alcançou níveis muito satisfatórios, por meio de investimentos massivos e de acordos multilaterais de reconhecimento e validação de conteúdos cursados em outros países (a exemplo dos programas europeus muito bem-sucedidos Erasmus, Horizonte 2020, etc.). Lamentavelmente, esse não é o caso das instituições brasileiras que mal conseguem financiar seus intercâmbios e que ainda precisam redobrar os esforços para atingir uma porcentagem significativa de seu corpo discente e docente a vivenciar uma experiência internacional, projeto alavancado pelo programa Ciência sem Fronteiras, implementado em 2010, e extinto poucos anos depois, com a queda do governo Dilma.

Contrapondo-se a esse modelo assimétrico e monolíngue, as políticas linguísticas universitárias deveriam ser implementadas com equilíbrio, simetria e reciprocidade, promovendo a circulação de línguas de intercompreensão e dando espaço para a

comunicação e a difusão do conhecimento em línguas de países com os quais as instituições poderiam sedimentar parcerias fortes para alcançar a tão almejada integração regional, mais uma vez a exemplo da bem-sucedida União Europeia, cujo projeto acadêmico é de fato exemplar. Esse movimento também foi paulatinamente se esvaindo com o fim do governo PT, que havia investido importantes recursos e esforços para sedimentar a relação com os países da América Latina, especialmente por meio da criação do Mercosul Educacional, ou ainda por meio de iniciativas robustas como a criação da rede AUGM (Associação das Universidades do Grupo Montevideu), que também perdeu espaço com os novos governos direitistas em diversos países sul-americanos.

Além disso, o português do Brasil deveria ser promovido enquanto língua de acolhimento, de trabalho e de circulação tanto entre instituições brasileiras - por meio dos programas de ensino de português como segunda língua, como no exterior, fomentando e apostando em redes como a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP, a Associação das Universidades de Língua Portuguesa – AULP, a Sociedade Lusófona de Goa – SLG, etc. Ressalta-se, portanto, a pertinência de definir o planejamento e a gestão das línguas a partir da identificação das necessidades próprias da instituição para se apropriar das línguas a partir dos ideais e dos projetos desenvolvidos pelos pesquisadores em cada área, abrindo oportunidades mais abrangentes que as já tradicionais no campo da internacionalização.

Contextos acadêmicos multilíngues: práticas, repertórios e trânsitos linguísticos

A atividade acadêmica origina uma série de situações heterogêneas de experimentação e interação, nas quais as línguas desempenham um papel primordial nos processos de aprendizado, pesquisa, construção e disseminação científica em nível local e internacional. No contexto de produção do conhecimento científico e técnico, como vimos, se observa cada vez mais a necessidade de discutir e refletir o caráter multilíngue e multicultural das instituições universitárias, as quais poderiam potencializar as vantagens que a internacionalização e a mobilidade internacional oferecem. No entanto, frequentemente a internacionalização e a produção do conhecimento são interpretadas como uma tentativa de uniformização e imposição de um monolinguismo acadêmico.

Gazzola evidencia em seus trabalhos (2018, 2017) que o inglês como língua de instrução, ou como língua franca de comunicação internacional, não é a chave do sucesso

acadêmico e científico. O autor publicou uma matéria intitulada "Why teaching in English may not be such a good idea" (2017) cujo objetivo principal é problematizar a criação de políticas e a tomada de decisões administrativas dentro das instituições de ensino superior, determinadas pelos critérios e imposições dos Rankings universitários mundiais. Segundo Gazzola, em alguns países, a imposição do inglês como língua de instrução nos ambientes universitários levou a grandes controvérsias legais. Por exemplo, O Tribunal Constitucional Italiano decidiu que o uso exclusivo do inglês no ensino viola a Constituição Italiana. Mostra também como a implementação de programas em inglês dentro das universidades compromete a qualidade do ensino, além de não garantir a inserção dos profissionais no mercado de trabalho local. Traz o exemplo da Holanda, onde a maioria das universidades oferecem programas em inglês. De acordo com os dados oficiais do Ministério da Educação desse país, apenas 27% dos estudantes internacionais estão trabalhando no país, a maioria tendo desistido por não falar holandês. Gazzola (2017) na mesma matéria aponta que as universidades europeias deveriam integrar o a um ensino verdadeiramente multilíngue, dando acesso aos estudantes internacionais a um repertório que inclua habilidades no idioma local.

Nesta perspectiva, a ideia do inglês como única língua de comunicação científica deve ser desconstruída e questionada. Segundo Grin (2013), ainda que o inglês favoreça o contato e o aprendizado, também empobrece ou limita a produção científica, restringindo-a a um único modelo de construção do conhecimento e acarretando a redução de possíveis combinações no processo de construção e transmissão do conhecimento. Portanto, segundo o autor, uma educação universitária aberta e verdadeiramente internacional é necessariamente multilíngue (GRIN, 2013). Na mesma linha, Bernard Cerquiglini (2013, p. 13) aponta que "le multilinguisme (...) a toujours fait partie intégrante de la production scientifique", reafirmando que a promoção de uma cultura acadêmica multi/plurilíngue e intercultural deve fazer parte da agenda e das políticas de internacionalização universitária. Cerquiglini (2013, p. 15) argumenta que a qualidade do ensino e da pesquisa é tributária da política linguística da universidade. Ele propõe alguns recursos, como o uso de ferramentas tecnológicas de tradução, a apresentação de trabalhos em outras línguas, suportes multilíngues na aula, o recurso à intercompreensão como forma de comunicação, a publicação e edição de documentos em formato bilíngue/plurilíngue, o desenvolvimento de ferramentas e auxílios para escrever trabalhos acadêmicos em diferentes línguas, etc. Assim, a produção científica e acadêmica, concebida a partir de uma perspectiva multilíngue que promova a diversidade linguístico-

cultural contribuiria para privilegiar o trabalho em equipe, buscando valorizar a diversidade das culturas científicas e acadêmicas como mecanismos para fomentar a complementaridade e a integração. Para autores como Anne Claude Berthoud (2013), o multilinguismo é cada vez mais visto como um antídoto para uma cultura unificada de fazer ciência, garantindo uma pluralidade de perspectivas e conhecimentos.

Nessa perspectiva, trabalhos realizados no âmbito do projeto DYLAN (Language dynamics and management of diversity) têm trazido rico material de análise sobre a gestão do multilinguismo e da diversidade nas ciências. Em 2013, Berthoud, Grin e Lüdi apresentam casos de multilinguismo e da implementação do inglês como língua de comunicação acadêmica. O estudo demonstra que o inglês pode ser integrado às atividades acadêmicas sem se transformar em uma ferramenta de uniformização, com a implementação de aulas e atividades em inglês compartilhada com outras línguas, de modo a promover situações de comunicação multilíngue (a exemplo da Catalunha, onde várias universidades bilíngues espanhol/catalão adotaram o inglês como terceira língua de comunicação). Nussbaum (2016) também descreve situações em que as práticas multilíngues são constantes nas universidades catalãs, especialmente nas defesas de teses.

No contexto latino-americano, vale mencionar o caso da Universidade Federal da Integração Latino-americana UNILA (em Foz do Iguaçu), instituição pública bilíngue espanhol/português, que encena diversas situações acadêmicas de interação multilíngue, envolvendo duas línguas românicas co-oficializadas pela instituição e pelo Mercosul, ainda que não no território nacional. Erazo, Degache e Da Silva (2019) mostram como a intercompreensão é uma das formas privilegiadas de comunicação neste contexto, principalmente nas aulas e atividades acadêmicas. É uma prática comunicativa amplamente utilizada em contextos quotidianos, profissionais e acadêmicos, em que cada falante interage em sua língua e compreende a língua do outro, mobilizando uma série de estratégias comunicativas, cognitivas e sociais. Os autores apresentam várias situações extraídas desse contexto e algumas das combinações possíveis para o uso das línguas de instrução: falar na própria língua, expressar-se na língua do outro, incorporar léxico e outros fenômenos de contato linguístico, uso do "portunhol / portuñol", interações bi-plurilingues, etc. Ressaltam que a UNILA, apesar de sua situação de bilinguismo institucional, não definiu explicitamente sua política linguística, o que pode comprometer o processo de implementação de práticas verdadeiramente multilíngues, a exemplo do ensino de línguas, obrigatório para os estudantes, mas não para o resto do corpo acadêmico. Apesar dessa carência de políticas explícitas de promoção do multilinguismo,

essa situação é muito próxima da descrita por Nussbaum na Catalunha, uma vez que os atores sociais recorrem a uma série de estratégias e procedimentos cotidianos com o objetivo de resolver seus problemas comunicativos, através da interligação dos conhecimentos adquiridos e de novos repertórios. No entanto, é de notar que, em ambos os contextos, as relações entre línguas e falantes não são homogêneas, apresentando situações de "multilinguisme diglossique, dans le quel chaque langue aurait un espace propre dans la communication institutionnelle et scientifique" (Nussbaum, 2016, p. 196). Essas experiências revelam o quão comuns são as interações multilíngues e que os processos de implementação do inglês não se materializam no uso exclusivo deste idioma como forma de comunicação e produção técnico-científica. Em todo caso, em um espaço de mobilidade, diálogo epistemológico e intercâmbio, privilegiar uma língua em relação às outras pode gerar situações de exclusão e marginalização, o que não é favorável nem democrático para o desenvolvimento das pesquisas e para a formação dos futuros profissionais. A partir dessas pesquisas, podemos dizer que as práticas de comunicação multilíngue surgem como condição indispensável para responder aos problemas relacionados à integração e inserção de estudantes e pesquisadores, bem como para a formação de equipes científicas internacionais capaz de promover uma produção científica e acadêmica de sucesso.

Conclusão: o monolinguismo como fator de invisibilização da produção científica

Pensar a diversidade no campo da ciência é dedicar-se a uma questão essencial do fazer científico, uma vez que é da natureza do conhecimento científico a multiplicidade de olhares sobre o mesmo objeto. Partindo da premissa de que a diversidade é condição de construção do pensamento e dos saberes, da cidadania e da justiça social, buscou-se mostrar como a hegemonia linguística compromete a cientificidade, a criatividade, a democracia e o acesso ao conhecimento. A dominação ou a supremacia de uma língua sobre as outras, como vimos, tem um efeito irremediavelmente simplificador, pois achata/reduz a variedade de sistemas e combinações sugeridas por uma determinada perspectiva advinda da língua em que o processo científico se elabora e se constrói. Assim, a vitalidade da pesquisa é diretamente tributária da capacidade de ampliação das noções por meio da sua circulação global em línguas diversas, ou seja, partindo de pontos de vista variados. Entretanto, muitos defendem a proeminência do inglês como língua

veicular/franca da ciência, ressaltando inclusive características que o tornariam mais apto a expressar os produtos da construção científica, tais como a simplicidade de sua estrutura, a morfologia marcada por palavras curtas, a flexibilidade de sua construção sintática etc. Frente a esse senso comum, é preciso denunciar o essencialismo que caracteriza o discurso sobre as línguas, cujas representações muitas vezes sugerem ideologias fantasiosas e desprovidas de análise objetiva. De fato, nenhum idioma poderia encarnar por natureza a linguagem científica. Bernard Cerquiglini (2013, p. 11-17) já afirmava que “on a longtemps considéré le latin comme la langue scientifique par excellence; au 18e siècle, c’était le français, pour sa prétendue clarté, de même que l’allemand a pu passer pour l’idiome de la philosophie”. Esses exemplos de representações manifestadas acerca das línguas revelam o quanto as imagens construídas por analogia à própria relação que se instaura historicamente com uma determinada comunidade de fala acabam por sustentar uma série de argumentos supostamente indiscutíveis que fundamentam o prestígio e o estigma acerca das produções linguísticas. Esse movimento é extremamente ameaçador pois acarreta a minorização das outras línguas que não alcançam os espaços de circulação reconhecidos enquanto fonte de validação epistemológica. Para ocupar um espaço no contexto acadêmico internacional, os pesquisadores são obrigados a abrir mão de seus idiomas para ser lidos internacionalmente e atingir níveis satisfatórios do famoso - e perverso - fator de impacto (taxa de citação), critério central de avaliação das produções científicas que serve de base para o estabelecimento dos rankings internacionais e da concorrência no mercado global da ciência. Ou seja, se não forem lidos, não serão citados e nem reconhecidos, inclusive pelos seus pares, não atingindo as instituições que poderiam se beneficiar localmente desse conhecimento na implementação de suas políticas públicas e no avanço tecnológico do país. Assim, por meio de línguas invisíveis/invisibilizadas, produzem conhecimentos invisíveis para um leitor inexistente.

Pensar na diversidade linguística como ferramenta de construção científica e do conhecimento não é uma tarefa fácil. Além de requerer uma perspectiva interdisciplinar, que envolve uma mudança política por parte de toda a comunidade acadêmica, é preciso exercer um trabalho que se sustente na base da pluralidade e da alteridade, no intuito de forjar conjuntamente novas respostas aos atuais desafios sociais, econômicos e científicos.

Referências

- BERTHOUD, A. C.; GRIN, F.; LÜDI, G. (éds.). **Exploring the dynamics of multilingualism: The dylan project**. Amsterdam: John Benjamins, 2013.
- CERQUIGLINI, B. Le plurilinguisme en faveur de la science. **Synergies Europe**, n.8, p. 11-17, 2013.
- COMTE-SPONVILLE, A. **O capitalismo é moral?** sobre algumas coisas ridículas e as tiranias do nosso tempo. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- ERAZO MUNOZ, A.; DEGACHE, C.; SILVA, R. O contato linguístico e a comunicação plurilíngue como meio de inserção acadêmica dos estudantes estrangeiros. In: GOROVITZ S.; MOREIRA GOMES D. (Orgs.). **Fronteiras linguísticas em contextos migratórios**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2019. p. 11-41.
- GAZZOLA, M. Les classements des universités et les indicateurs bibliométriques: Quels effets sur le multilinguisme dans l'enseignement et la recherche?. In: LE LIÈVRE, F.; ANQUETIL, M.; VERSTRAETE-HANSEN, L.; FÄCKE, Christiane; DERIVRY, M. (eds.). **Langues et cultures dans l'internationalisation de l'enseignement supérieur au XXIe siècle. (Re)penser les politiques linguistiques: anglais et plurilinguisme**. Bern/Berlin: Peter Lang, 2018, p. 131-162.
- GAZZOLA, M. Why teaching in English may not be such a good idea. **The times higher education**, 27/11/2017. Disponível em: <<https://www.timeshighereducation.com/blog/why-teaching-english-may-not-be-such-good-idea>>. Acesso:15/02/2020. Não paginado.
- GRIN, F. L'anglais dans l'enseignement académique: le débat s'égaré dans les clichés. **Le Temps**, 13/06/2013. Disponível em: <<https://www.letemps.ch/opinions/langlais-enseignement-academique-debat-segare-cliches>>. Acesso 15/02/2020
- JESUS, P. C. S. G. de. **Política e planejamento linguístico para ciência e educação superior**: possibilidades do multilinguismo para a produção e a difusão de conhecimento. Tese de doutorado. UFSC, 2018.
- MARCONI, M. D. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia científica**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2018.
- MOURA, B. A.; MOURA, L. B. A. Ranqueamento de universidades: reflexões acerca da construção de reconhecimento institucional. **Acta scientiarum. education**, Universidade Estadual de Maringá, Paraná, Brasil, v.35, n.2, p. 213-222, julho-diciembre, 2013. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/3033/303328749008.pdf>> Acesso:15/02/2020
- NUSSBAUM, L. Internationalisation pas uniquement en lingua franca. In: BORG, S.; CHEGGOUR, M.; DESROCHE, N.; GAJO, L.; LARIVIERE, V.; VLAD M., (dir.) **L'université en contexte plurilingue dans la dynamique numérique**. Paris: Éditions des archives contemporaines, 2016. p. 195-202.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. Apresentação da edição em português. In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas

latinoamericanas. Coleção Sur Sur. Buenos Aires, Argentina: CLACSO, setembro/2005.

QS. **QS world university rankings**. Disponível em:
<<https://www.topuniversities.com/>>. Acesso em:15/02/2020

SOUSA SANTOS, B. de. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SOUSA SANTOS, B. de; MENESES, M. P. (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2009.

THE. **Times higher education**: world university rankings. Disponível em:
<<https://www.timeshighereducation.com/world-university-rankings>>. Acesso em:15/02/2020

TILLY, C. O acesso desigual ao conhecimento científico. **Tempo social**: revista de sociologia da USP, SP, v.18, n.2, p. 47-63, 2006.